



MÉRTOLA
CÂMARA MUNICIPAL



Município de Mértola

SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS EM CONTEXTO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- GUIA PARA A AÇÃO -

TERMOS DE REFERÊNCIA

Iceland
Liechtenstein
Norway grants



EEA Grants Portugal

Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
European Economic Area Financial Mechanism
Unidade Nacional de Gestão
National Focal Point



Índice

1.	Introdução	5
2.	Enquadramento Estratégico e Legal	8
3.	Objetivos e Metas	10
4.	Estrutura dos Instrumentos a Desenvolver	11
4.1	Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens	11
4.2.	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Mértola	19
4.3	Plano Especial de Emergência de Proteção Civil (PEEPC) do Centro Histórico de Mértola	24
5.	Conclusão	29



1. Introdução

As **Alterações Climáticas** são hoje uma realidade inegável e a maior ameaça com que a Humanidade se depara.

É claro e notório que a interferência humana sobre o sistema climático está a ocorrer à escala global, com importantes impactos nos sistemas naturais e humanos.

A manifestação mais visível das alterações climáticas assume a forma de eventos climáticos extremos, como ondas de calor, secas, cheias, inundações e incêndios florestais, com elevados impactos ambientais, económicos e sociais.

O aumento da frequência e severidade de ocorrências deste tipo é potenciado pelas alterações climáticas, obrigando à adoção de medidas de adaptação e mitigação aos seus impactos.

Os primeiros esforços sérios para combater as alterações climáticas foram dados nos anos 1990, com o estabelecimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*).

No entanto, a Convenção não previa metas para controlo das alterações climáticas. Apenas quinze anos depois, com o Acordo de Copenhaga da UNFCCC, foi definida uma meta para limitar o aumento da temperatura a 2°C, face aos níveis pré-industriais. Este foi o limite a partir do qual se convencionou haver consequências perigosas para os sistemas naturais e humanos.

O Acordo de Paris de 2015 foi ainda mais ambicioso, procurando manter o aumento da temperatura bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e desenvolver esforços para limitar o aumento a 1,5°C.

O quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as alterações climáticas (IPCC 2014) concluiu que a alteração da temperatura média global à superfície provavelmente excederá, até ao fim do século XXI, os 1,5°C relativamente ao registado no período 1850-1900.

O Relatório Especial do IPCC de 2018 intitulado "*Aquecimento Global de 1,5°C*" defende que se quisermos limitar o aquecimento global provocado pelos humanos a 1,5°C até ao final do século, teremos de reduzir as emissões de CO₂ em cerca de 45% ao longo dos próximos 10 anos.

Portugal encontra-se entre os países europeus com maior vulnerabilidade aos impactes das alterações climáticas. A generalidade dos mais recentes estudos científicos aponta a região do sul da Europa como uma das áreas potencialmente mais afetadas pelas alterações climáticas (*IPCC 2014, Ciscar et al. 2014*).

Neste contexto, torna-se incontornável a necessidade de implementação de medidas destinadas a promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos, não só a nível nacional, como também a nível regional e local.

A nível nacional, o instrumento de referência no combate às alterações climáticas é a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020). A estratégia integra-se no Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), que inclui ainda o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030) e a implementação do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE).

Há ainda outros instrumentos de referência a nível nacional, como o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), o Roteiro Nacional do Baixo Carbono 2050 (RNBC) e o Plano Nacional Energia Clima 2030 (PNEC2030).

A nível regional, na Região do Baixo Alentejo foram também já dados passos neste sentido, nomeadamente, através da elaboração do **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo (PIAACBA)**.

O PIAACBA é o instrumento de referência para a adaptação às alterações climáticas na região, que abrange os Municípios de Aljustrel, Almodôvar, Alvitto, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Sendo este um instrumento de âmbito regional, a sua aplicação assenta em grande medida na implementação a nível local, nomeadamente, por parte das Administrações Locais e restantes *stakeholders* (populações locais, agentes económicos, entidades do sistema científico, organizações da sociedade civil...).

Neste sentido, o **Município de Mértola** avançou para a adoção de medidas de adaptação/mitigação de âmbito local, tendo para o efeito desenvolvido o projeto **"ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM MÉRTOLA: SETORES DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E DO TURISMO"**.

Este é um projeto apresentado - e aprovado para cofinanciamento - junto dos *EEA Grants*, fundo gerido pelos Estados da Islândia, Liechtenstein e Noruega, com o objetivo de reduzir as disparidades sociais e económicas na Europa.

O projeto destina-se a promover a integração do documento de referência na adaptação às alterações climáticas a nível local (e regional) – o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo – em instrumentos de adaptação setoriais de âmbito municipal, no Município de Mértola.

No âmbito do projeto, o Município de Mértola definiu, pela sua relevância no contexto local, **dois setores prioritários**, a saber:

- **Segurança de Pessoas e Bens;**
- **Turismo.**

O projeto envolve a promoção de iniciativas de integração das alterações climáticas na realidade local e resultará na produção de **dois instrumentos de planeamento e gestão setoriais**, a saber:

- ***“Segurança de Pessoas e Bens em Contexto de Alterações Climáticas: Guia para a Ação”.***
- ***“Turismo em Contexto de Alterações Climáticas: Guia para a Ação”.***

O presente documento prende-se com a definição da metodologia a seguir para a elaboração do «*Guia para a Ação*» direcionado ao setor da **Segurança de Pessoas e Bens**.

No âmbito deste instrumento setorial, serão produzidos os seguintes documentos:

- **Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens;**
- **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Mértola;**
- **Plano Especial de Emergência de Proteção Civil (PEEPC) do Centro Histórico de Mértola.**

Com estes documentos, o Município de Mértola pretende integrar o PIAACBA em instrumentos de planeamento e gestão setoriais de âmbito local, adequar o planeamento e resposta à emergência às vulnerabilidades climáticas locais (atuais e futuras) e identificar medidas de prevenção, resposta, mitigação e adaptação aos riscos presentes no concelho.

Estes Estudos serão elaborados de acordo com a metodologia definida para o efeito na candidatura apresentada pelo Município de Mértola aos EEA Grants, em total respeito pela legislação vigente aplicável a estes instrumentos e tendo por base um conjunto de documentação de referência a nível regional, nacional e internacional.

Os presentes «**Termos de Referência**» estabelecem as diretrizes metodológicas que orientarão a elaboração do instrumento de planeamento e gestão setorial supramencionado.

2. Enquadramento Estratégico e Legal

O instrumento de planeamento e gestão setorial a elaborar será enquadrado nos documentos e iniciativas estratégicas internacionais, nacionais, regionais e locais sobre as temáticas das alterações climáticas e da segurança de pessoas e bens, bem como na legislação vigente aplicável.

Apresenta-se de seguida alguma da documentação de referência a considerar, na temática das **Alterações Climáticas**:

- Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC);
- 5.º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC);
- Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC);
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030);
- Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC);
- Roteiro Nacional do Baixo Carbono 2050 (RNBC 2050);
- Plano Nacional Energia Clima 2030 (PNEC 2030);
- Compromisso para o Crescimento Verde (CCV);
- Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020);
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo (PIAACBA);
- **Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Ferreira do Alentejo (EMAAC Ferreira do Alentejo);**
- ClimAdaPT.Local – Guia Metodológico para Elaboração das EMAAC;
- ClimAdaPT.Local – Avaliação das Vulnerabilidades Atuais;
- ClimAdaPT.Local – Avaliação das Vulnerabilidades Futuras;
- ClimAdaPT.Local – Identificação das Opções de Adaptação;
- ClimAdaPT.Local – Avaliação das Opções de Adaptação;
- ClimAdaPT.Local – Integração das Opções de Adaptação;
- Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt>).

Apresenta-se de seguida alguma da documentação de referência a considerar, na temática da **Segurança de Pessoas e Bens**:

- Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Beja (PDEPC de Beja);
- Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio - Estipula os Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil;
- Caderno Técnico PROCIV n.º 3 - Manual de Apoio à Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil;
- Caderno Técnico PROCIV n.º 6 - Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil;
- Caderno Técnico PROCIV n.º 9 - Guia para a Caracterização de Risco no âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil;
- Caderno Técnico PROCIV n.º 10 - Organizações, Sistemas e Instrumentos Internacionais de Proteção Civil;
- Caderno Técnico PROCIV n.º 11 - Guia para a Elaboração de Planos Prévios de Intervenção – Conceito e Organização;
- Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal;
- Avaliação Nacional de Risco (1ª Atualização – Julho de 2019);
- Portal InfoRiscos (<http://www.pnrrc.pt>).

3. Objetivos e Metas

Principais Objetivos

- Integrar o PIAACBA em instrumentos de planeamento e gestão setoriais (Segurança de Pessoas e Bens) de âmbito local (concelho de Mértola);
- Adequar o planeamento e resposta à emergência no concelho de Mértola às vulnerabilidades climáticas atuais e futuras previstas no PIAACBA;
- Identificar medidas de prevenção, resposta, mitigação e adaptação aos riscos presentes no concelho.

Principais Metas

- Aumentar o conhecimento sobre os riscos associados às alterações climáticas no Município de Mértola;
- Aumentar a capacidade de resposta do Município de Mértola aos impactos das alterações climáticas no setor da Segurança de Pessoas e Bens;
- Sensibilizar e capacitar os *stakeholders* locais para a necessidade de adotarem diferentes comportamentos para adaptação às alterações climáticas;
- Aumentar a resiliência do Município de Mértola aos impactos das alterações climáticas.

4. Estrutura dos Instrumentos a Desenvolver

4.1. Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens

4.1.1. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia para a elaboração do **Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens**, delineando o índice que orientará o desenvolvimento deste instrumento e densificando a estrutura a seguir.

O Plano de Ação assumirá um foco na avaliação da capacidade adaptativa do Município de Mértola face às vulnerabilidades climáticas atuais e futuras e os seus impactos e consequências, procurando apontar respostas a adotar por parte do Município e da população local.

Genericamente, o Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens focar-se-á nos seguintes aspetos fundamentais:

- Enquadrar a temática da Segurança de Pessoas e Bens no concelho de Mértola, num contexto de alterações climáticas, planeamento e resposta à emergência;
- Identificar as vulnerabilidades climáticas atuais ao nível do concelho de Mértola;
- Identificar as vulnerabilidades climáticas futuras e seus impactos, ao nível do concelho de Mértola;
- Avaliar a capacidade adaptativa do concelho de Mértola às alterações climáticas;
- Apresentar um conjunto de medidas de adaptação/mitigação a implementar no concelho de Mértola, alinhadas com o PIAACBA, no âmbito da Segurança de Pessoas e Bens;
- Apresentar um conjunto de medidas de adaptação/mitigação direcionadas à comunidade local, no âmbito da Segurança de Pessoas e Bens;
- Promover a integração da adaptação às alterações climáticas em Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), bem como em outros instrumentos de planeamento e gestão de âmbito local, como o PMEPC, o PEEPC do Centro Histórico ou o PGRPC;
- Sensibilizar a comunidade local para a necessidade de adotar comportamentos adequados no que toca à Segurança de Pessoas e Bens, num contexto de alterações climáticas;
- Aumentar a resiliência e capacidade adaptativa do concelho de Mértola.

O Plano de Ação será estruturado em doze capítulos, designadamente:

- 1. Introdução;**
- 2. Caracterização do Território;**
- 3. Abordagem Metodológica;**
- 4. Vulnerabilidades Climáticas Atuais;**
- 5. Vulnerabilidades Climáticas Futuras e Seus Impactos;**
- 6. Capacidade Adaptativa;**
- 7. Opções de Adaptação a Implementar;**
- 8. Orientações para a Integração das Opções de Adaptação em Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e Outros Instrumentos de Planeamento e Gestão Municipal, na Temática da Segurança de Pessoas e Bens;**
- 9. Capacitação da População;**
- 10. Implementação e Acompanhamento;**
- 11. Conclusão;**
- 12. Bibliografia.**

De seguida, apresenta-se uma descrição dos principais conteúdos a incluir em cada um dos capítulos do *"Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens"*.

1. Introdução

Neste capítulo, o Plano de Ação será enquadrado no projeto em implementação pelo Município de Mértola, apresentando-se de forma breve a estrutura a seguir na elaboração do Plano, bem como os principais objetivos e resultados a atingir.

2. Caracterização do Território

Neste capítulo será apresentada uma caracterização da área geográfica abrangida pelo Plano - o concelho de Mértola - abordando-se aspetos de ordem geográfica, física, sociodemográfica e climática.

Entre os aspetos a abordar encontram-se a superfície territorial, relevo, uso e ocupação do solo, hidrografia, organização administrativa, população, densidade demográfica, atividade económica, equipamentos, padrões de precipitação, temperatura e vento, etc.

3. Abordagem Metodológica

Neste capítulo serão apresentadas as linhas de orientação metodológica que permitirão o desenvolvimento das seguintes ações previstas no Plano de Ação:

- Identificação das vulnerabilidades climáticas atuais no concelho de Mértola;
- Identificação das vulnerabilidades climáticas futuras e seus impactos no concelho de Mértola;
- Avaliação da capacidade adaptativa do concelho de Mértola às alterações climáticas;
- Seleção de um conjunto de medidas de adaptação/mitigação a implementar no concelho de Mértola;
- Definição de orientações para a integração da adaptação às alterações climáticas em Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), bem como em outros instrumentos de planeamento e gestão de âmbito local;
- Definição de mecanismos de implementação e acompanhamento do Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens.

Serão apresentados os fundamentos e bibliografia que justifica a metodologia adotada.

4. Vulnerabilidades Climáticas Atuais

Neste capítulo serão apresentadas as principais vulnerabilidades climáticas atuais associadas ao concelho de Mértola.

Serão analisadas ocorrências meteorológicas significativas no concelho e identificados os principais impactos e consequências dos eventos climáticos no Município de Mértola.

Esta análise terá por base a informação constante em diferentes fontes bibliográficas, cabendo destacar o PIAACBA, a EMAAC de Ferreira do Alentejo, a ANEPC e órgãos de comunicação social.

A identificação das vulnerabilidades climáticas atuais será realizada com recurso à metodologia ADAM - Apoio à Decisão em Adaptação Municipal, utilizada no projeto ClimAdaPT.Local.

5. Vulnerabilidades Climáticas Futuras e Seus Impactos

Neste capítulo serão apresentadas as principais vulnerabilidades climáticas futuras, bem como os seus impactos no concelho de Mértola.

Serão analisadas as alterações climáticas projetadas para o concelho, nomeadamente, ao nível de:

- Temperatura (média, máxima e mínima);
- Precipitação (média anual);
- Intensidade do vento (velocidade média);
- Número de dias de verão por ano;
- Número de dias muito quentes por ano;
- Número de dias em onda de calor por ano;
- Número de noites tropicais por ano;
- Número de dias de geada por ano;
- Número de dias em vaga de frio por ano;
- Número de dias de chuva por ano;
- Número de dias com vento moderado ou superior por ano.

Esta análise permitirá avaliar os principais riscos climáticos no Município de Mértola, nomeadamente:

- Temperaturas elevadas e ondas de calor;
- Temperaturas baixas e vagas de frio;
- Secas;
- Precipitação excessiva (cheias/inundações);
- Precipitação excessiva (deslizamento vertentes);
- Vento forte;
- Tempestades;
- Geada/neve.

Este processo culminará com a elaboração de uma "Ficha Climática do Município de Mértola", onde são apresentadas as principais conclusões da análise realizada.

Esta análise terá por base a informação constante em diferentes fontes bibliográficas, cabendo destacar o PIAACBA, a [EMAAC de Ferreira do Alentejo](#) e o Portal do Clima.

A identificação das vulnerabilidades climáticas futuras será realizada com recurso à metodologia ADAM - Apoio à Decisão em Adaptação Municipal, utilizada no projeto ClimAdaPT.Local.

6. Capacidade Adaptativa

Neste capítulo será avaliada a capacidade adaptativa do concelho de Mértola às alterações climáticas, com base nas vulnerabilidades atuais e futuras identificadas anteriormente, bem como na capacidade de resposta existente, nomeadamente, em instrumentos de planeamento (PMEPC, PMDFCI, PEEPC...) e em Instrumentos de Gestão Territorial (PDM, PP, PU...).

Este diagnóstico e avaliação da capacidade adaptativa será o ponto de partida para a definição de opções de adaptação às alterações climáticas a implementar no Município de Mértola, direcionadas ao setor da Segurança de Pessoas e Bens.

7. Opções de Adaptação a Implementar

Neste capítulo será apresentado um conjunto de opções de adaptação às alterações climáticas direcionadas ao setor da Segurança de Pessoas e Bens, a implementar no Município de Mértola.

Esta apresentação será o resultado de um processo de identificação, avaliação e seleção de um conjunto de medidas consideradas prioritárias.

Serão apresentadas opções de adaptação para diferentes tipologias (infraestruturas cinzentas, infraestruturas verdes e opções não estruturais) e com diferentes âmbito (melhorar a capacidade adaptativa e/ou diminuir a vulnerabilidade e/ou aproveitar oportunidades).

Cada uma das opções de adaptação será apresentada no formato de uma *"Ficha de Caracterização"*, que elencará aspetos como tipologia, âmbito, principais objetivos, principais atividades a desenvolver, barreiras e constrangimentos à implementação, resultados esperados, custo estimado, mecanismos de financiamento disponíveis, etc.

As opções de adaptação selecionadas terão como principal objetivo dar resposta às principais vulnerabilidades climáticas atuais e futuras identificadas no Município de Mértola - associadas ao setor da Segurança de Pessoas e Bens - promovendo a capacidade adaptativa do Município, bem como a sua resiliência.

8. Orientações para a Integração das Opções de Adaptação em Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e Outros Instrumentos de Planeamento e Gestão Municipal, na Temática da Segurança de Pessoas e Bens

Neste capítulo serão definidas orientações para a integração de opções de adaptação em Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e outros instrumentos de planeamento e gestão municipal.

A integração das opções de adaptação refere-se à incorporação (*mainstreaming*) das opções/medidas de adaptação definidas no Plano de Ação, bem como no PIAACBA, nos principais instrumentos de planeamento e IGT que vigoram no Município de Mértola.

A abordagem incluirá uma caracterização dos IGT/instrumentos de planeamento, identificação de aspetos críticos para a integração das opções de adaptação nos IGT/instrumentos de planeamento e definição de orientações gerais para a integração de opções de adaptação nesses mesmos IGT/instrumentos de planeamento, no Município de Mértola.

Esta abordagem permitirá evidenciar as condições específicas do território do concelho de Mértola e tomá-las em devida consideração na análise dos efeitos das alterações climáticas.

Assim, este capítulo pretenderá ser um quadro de referência para que os IGT e outros instrumentos de planeamento municipal concretizem a estratégia de adaptação definida para o Município de Mértola no Plano de Ação e no PIAACBA.

9. Capacitação da População

Neste capítulo serão definidas as principais medidas de adaptação a implementar, com o objetivo claro de promover a capacitação da população para a adaptação às alterações climáticas no âmbito da Segurança de Pessoas e Bens.

Estas serão medidas muito claras e de fácil implementação por parte da população local, abrangendo temáticas como informação geral sobre as alterações climáticas, comportamentos preventivos a adotar face a fenómenos climáticos extremos, medidas a adotar em caso da sua ocorrência, etc.

Serão ainda criadas duas brochuras de sensibilização/capacitação distintas, uma direcionada à população em geral, a outra direcionada ao público mais jovem, nomeadamente, indivíduos em idade escolar, no sentido de agilizar e massificar as atividades de capacitação da população local.

10. Implementação e Acompanhamento

Neste capítulo serão definidos mecanismos destinados a agilizar a implementação das opções de adaptação definidas anteriormente, bem como o acompanhamento dessa mesma implementação no concelho.

Os mecanismos de monitorização a definir prendem-se com aspetos como previsão de implementação (indicação genérica das datas de início e término da implementação da opção de adaptação), liderança (identificação dos organismos responsáveis pela implementação), esforço (avaliação da magnitude da intervenção no território e o grau de esforço para os serviços), indicadores (identificação dos indicadores de realização/resultado das opções de adaptação), previsão de monitorização/revisão (indicação inicial do período de monitorização/ revisão previsto após o início do processo de implementação das opções de adaptação), etc.

11. Conclusão

Neste capítulo serão apresentadas as principais conclusões a retirar do Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens, destacando-se aspetos como as vulnerabilidades climáticas atuais e futuras identificadas, a avaliação à capacidade adaptativa, as opções de adaptação selecionadas e as orientações definidas para o *mainstreaming* dessas opções nos IGT e instrumentos de planeamento do Município de Mértola.

12. Bibliografia

Neste capítulo é apresentado a documentação de referência que informou a elaboração do Plano de Ação para o Setor da Segurança de Pessoas e Bens.

4.1.2. ÍNDICE DO DOCUMENTO

A tabela seguinte apresenta o índice a que obedecerá a elaboração deste documento.

ÍNDICE DO PLANO DE AÇÃO	
1.	INTRODUÇÃO
2.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
2.1.	Enquadramento Geográfico
2.2.	População
2.3.	Características Físicas
2.4.	Perfil Climático do Município de Mértola
3.	ABORDAGEM METODOLÓGICA
4.	VULNERABILIDADES CLIMÁTICAS ATUAIS
4.1.	Ocorrências Significativas no Município de Mértola
4.2.	Principais Impactos e Consequências dos Eventos Climáticos no Município de Mértola
5.	VULNERABILIDADES CLIMÁTICAS FUTURAS E SEUS IMPACTOS
5.1.	Alterações Climáticas Projetadas
5.2.	Ficha Climática do Município de Mértola
6.	CAPACIDADE ADAPTATIVA
7.	OPÇÕES DE ADAPTAÇÃO A IMPLEMENTAR
8.	ORIENTAÇÕES PARA INTEGRAÇÃO DAS OPÇÕES DE ADAPTAÇÃO EM INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT) E OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL, NA TEMÁTICA DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS
9.	CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO
9.1.	Medidas de Adaptação a Implementar
9.2.	Brochura Direcionada à População em Geral
9.3.	Brochura Direcionada ao Público Jovem
10.	IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
11.	CONCLUSÃO
12.	BIBLIOGRAFIA

4.2. Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Mértola

4.2.1. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia para a elaboração do **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Mértola**, delineando o índice que orientará o desenvolvimento deste instrumento e densificando a estrutura a seguir.

Genericamente, o PMEPC de Mértola focar-se-á nos seguintes aspetos fundamentais:

- Integrar as projeções climáticas e respetivos impactos daí decorrentes na caracterização do risco do PMEPC (análise do risco, análise da vulnerabilidade e estratégias de mitigação);
- Adequar a organização da resposta prevista no PMEPC face às modificações introduzidas no ponto anterior;
- Adequar os pressupostos do Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso previsto no PMEPC, para futura articulação com Sistema de Alerta Antecipado da Região do Baixo Alentejo, previsto no PIAACBA.

A elaboração do PMEPC de Mértola produzirá um plano de terceira geração, atendendo a um novo enquadramento legal, que introduz requisitos adicionais aos planos, nomeadamente, ao nível da orgânica da coordenação da proteção civil ao nível municipal, tornando-o mais eficiente e eficaz do ponto de vista operacional.

O PMEPC de Mértola será elaborado em total respeito pela legislação vigente e pelo figurino definido na Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, que estipula os Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil.

Deste modo, o PMEPC de Mértola será estruturado em quatro partes, designadamente:

- **Parte I - Enquadramento;**
- **Parte II - Execução;**
- **Parte III - Inventários, Modelos e Listagens;**
- **Anexos.**

De seguida, apresenta-se uma descrição dos principais conteúdos a incluir em cada um dos capítulos do *"Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mértola"*.

Parte I - Enquadramento

A Parte I do PMEPC de Mértola visará realizar uma apresentação geral do documento, estabelecendo nomeadamente:

- A designação do diretor do plano e seus substitutos;
- A finalidade do plano e os objetivos específicos a que pretende responder;
- A tipificação dos riscos que incidem na respetiva área territorial;
- Os mecanismos e circunstâncias fundamentadoras para a ativação/desativação do plano.

Parte II - Execução

A Parte II do PMEPC de Mértola visará definir o modelo de resposta operacional a acidentes graves ou catástrofes, estabelecendo nomeadamente:

- A organização geral das operações de proteção civil a efetuar, incluindo a composição e competências das estruturas de direção política, de coordenação política e institucional e de comando operacional;
- A definição das responsabilidades dos serviços e agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo;
- A estrutura dos meios operacionais a empregar em operações de proteção civil e a definição de critérios relativos à sua mobilização e coordenação;
- A identificação e a descrição das características das infraestruturas consideradas sensíveis e ou indispensáveis às operações de proteção civil;
- A definição dos mecanismos adequados para assegurar a notificação à autoridade de proteção civil territorialmente competente, aos serviços e agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio;
- A definição de medidas e ações a desencadear em cada uma das áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.

Parte III - Inventários, Modelos e Listagens

A Parte III do PMEPC de Mértola visará apresentar um conjunto de documentação de apoio à resposta operacional, estabelecendo nomeadamente:

- A identificação dos principais recursos (públicos e privados) existentes;
- A identificação dos contactos das entidades intervenientes no plano ou que possam apoiar as operações de proteção civil;
- Os modelos de relatórios de situação, requisições e comunicados a empregar em operações de proteção civil.

Anexos

Os Anexos a incluir no PMEPC de Mértola são os seguintes:

- Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil, de base topográfica, à escala de representação mais adequada;
- Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano.

4.2.2. ÍNDICE DO DOCUMENTO

A tabela seguinte apresenta o índice a que obedecerá a elaboração deste documento.

ESTRUTURA DO PMEPC DE MÉRTOLA

Lista de Acrónimos

Referências Legislativas

Registo de Atualizações e Exercícios

Parte I – Enquadramento

1. INTRODUÇÃO
 2. FINALIDADE E OBJETIVOS
 3. TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS
 4. CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO
-

Parte II – Execução

1. ESTRUTURAS
 2. RESPONSABILIDADES
 3. ORGANIZAÇÃO
 - 3.1. Infraestruturas de relevância operacional
 - 3.2. Zonas de Intervenção
 - 3.3. Mobilização e coordenação de meios
 - 3.4. Notificação operacional
 4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO
 - 4.1. Gestão administrativa e financeira
 - 4.2. Reconhecimento e avaliação
 - 4.3. Logística
 - 4.4. Comunicações
 - 4.5. Informação pública
 - 4.6. Confinamento e/ou evacuação
 - 4.7. Manutenção da ordem pública
 - 4.8. Serviços médicos e transporte de vítimas
 - 4.9. Socorro e salvamento
 - 4.10. Serviços mortuários
-

ESTRUTURA DO PMEPC DE MÉRTOLA

Parte III – Inventários, Modelos e Listagens

1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS
 2. LISTA DE CONTACTOS
 3. MODELOS
 4. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO
-

Anexo

1. CARTOGRAFIA DE SUPORTE
 2. PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS
-

4.3. Plano Especial de Emergência de Proteção Civil (PEEPC) do Centro Histórico de Mértola

4.3.1. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia para a elaboração do **Plano Especial de Emergência de Proteção Civil (PEEPC) do Centro Histórico de Mértola**, delineando o índice que orientará o desenvolvimento deste instrumento e densificando a estrutura a seguir.

A elaboração do PEEPC do Centro Histórico de Mértola permitirá dotar o Município de Mértola de um instrumento especificamente talhado para os desafios associados ao planeamento e resposta à emergência em centros históricos, num contexto de alterações climáticas.

Com o PEEPC do Centro Histórico de Mértola, pretende-se simultaneamente criar um instrumento preventivo e de gestão operacional, visto que ao identificar os riscos estabelece os meios e recursos para lhes fazer face, define as ações a empreender, atribui as respetivas missões, e estabelece as estruturas e órgãos de coordenação e comando que as enformam.

Genericamente, o PEEPC do Centro Histórico de Mértola focar-se-á nos seguintes aspetos fundamentais:

- Proceder à identificação dos perigos e análise dos riscos no Centro Histórico de Mértola;
- Identificar os locais mais sensíveis no Centro Histórico de Mértola;
- Garantir a salvaguarda de pessoas, bens, ambiente e património perante a iminência ou ocorrência de riscos que possam afetar o Centro Histórico de Mértola (em parte ou na totalidade);
- Comunicar ao público as informações necessárias relacionadas com os acidentes graves ou catástrofes, incluindo as medidas de autoproteção a adotar;
- Identificar as medidas para a reabilitação do Centro Histórico de Mértola na sequência de um acidente grave ou catástrofe;
- Integrar as projeções climáticas e respetivos impactos daí decorrentes na caracterização do risco do PEEPC do Centro Histórico de Mértola (análise do risco, análise da vulnerabilidade e estratégias de mitigação);
- Adequar a organização da resposta prevista no PEEPC do Centro Histórico de Mértola face às modificações introduzidas no ponto anterior.

O PEEPC do Centro Histórico de Mértola será elaborado em total respeito pela legislação vigente e pelo figurino definido na Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, que estipula os Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil.

Deste modo, o PEEPC do Centro Histórico de Mértola será estruturado em quatro partes, designadamente:

- **Parte I - Enquadramento;**
- **Parte II - Execução;**
- **Parte III - Inventários, Modelos e Listagens;**
- **Anexos.**

De seguida, apresenta-se uma descrição dos principais conteúdos a incluir em cada um dos capítulos do *"Plano Especial de Emergência de Proteção Civil do Centro Histórico de Mértola"*.

Parte I - Enquadramento

A Parte I do PEEPC do Centro Histórico de Mértola visará realizar uma apresentação geral do documento, estabelecendo nomeadamente:

- A designação do diretor do plano e seus substitutos;
- A finalidade do plano e os objetivos específicos a que pretende responder;
- A tipificação dos riscos que incidem na respetiva área territorial;
- Os mecanismos e circunstâncias fundamentadoras para a ativação/desativação do plano.

Parte II - Execução

A Parte II do PEEPC do Centro Histórico de Mértola visará definir o modelo de resposta operacional a acidentes graves ou catástrofes, estabelecendo nomeadamente:

- A organização geral das operações de proteção civil a efetuar, incluindo a composição e competências das estruturas de direção política, de coordenação política e institucional e de comando operacional;

- A definição das responsabilidades dos serviços e agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo;
- A estrutura dos meios operacionais a empregar em operações de proteção civil e a definição de critérios relativos à sua mobilização e coordenação;
- A identificação e a descrição das características das infraestruturas consideradas sensíveis e ou indispensáveis às operações de proteção civil;
- A definição dos mecanismos adequados para assegurar a notificação à autoridade de proteção civil territorialmente competente, aos serviços e agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio;
- A definição de medidas e ações a desencadear em cada uma das áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.

Parte III - Inventários, Modelos e Listagens

A Parte III do PEEPC do Centro Histórico de Mértola visará apresentar um conjunto de documentação de apoio à resposta operacional, estabelecendo nomeadamente:

- A identificação dos principais recursos (públicos e privados) existentes;
- A identificação dos contactos das entidades intervenientes no plano ou que possam apoiar as operações de proteção civil;
- Os modelos de relatórios de situação, requisições e comunicados a empregar em operações de proteção civil.

Anexos

Os Anexos a incluir no PEEPC do Centro Histórico de Mértola são os seguintes:

- Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil, de base topográfica, à escala de representação mais adequada;
- Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano.

4.3.2. ÍNDICE DO DOCUMENTO

A tabela seguinte apresenta o índice a que obedecerá a elaboração deste documento.

ESTRUTURA DO PEEPC DO CENTRO HISTÓRICO DE MÉRTOLA

Lista de Acrónimos

Referências Legislativas

Registo de Atualizações e Exercícios

Parte I – Enquadramento

1. INTRODUÇÃO
 2. FINALIDADE E OBJETIVOS
 3. TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS
 4. CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO
-

Parte II – Execução

1. ESTRUTURAS
 2. RESPONSABILIDADES
 3. ORGANIZAÇÃO
 - 3.1. Infraestruturas de relevância operacional
 - 3.2. Zonas de Intervenção
 - 3.3. Mobilização e coordenação de meios
 - 3.4. Notificação operacional
 4. ÁREAS DE INTERVENÇÃO
 - 4.1. Gestão administrativa e financeira
 - 4.2. Reconhecimento e avaliação
 - 4.3. Logística
 - 4.4. Comunicações
 - 4.5. Informação pública
 - 4.6. Confinamento e/ou evacuação
 - 4.7. Manutenção da ordem pública
 - 4.8. Serviços médicos e transporte de vítimas
 - 4.9. Socorro e salvamento
 - 4.10. Serviços mortuários
-

ESTRUTURA DO PEEPC DO CENTRO HISTÓRICO DE MÉRTOLA

Parte III – Inventários, Modelos e Listagens

1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS
 2. LISTA DE CONTACTOS
 3. MODELOS
 4. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO
-

Anexo

1. CARTOGRAFIA DE SUPORTE
 2. PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS
-

5. Conclusão

As alterações climáticas são o maior desafio que a Humanidade enfrenta no século XXI.

Num contexto de sustentabilidade ambiental, é crucial encetar um processo de adaptação aos impactos e efeitos das alterações climáticas.

O Município de Mértola pretende fazer parte deste processo de mudança de paradigma, através da implementação de mecanismos que permitam agilizar essa adaptação, em diferentes setores, destacando-se como prioritários os setores da Segurança de Pessoas e Bens e o do Turismo.

Os primeiros passos para esta transição passam necessariamente pelo planeamento dessa mudança de paradigma e pela definição de planos de ação.

Para o efeito, o Município de Mértola concorreu apresentou o projeto **"ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM MÉRTOLA: SETORES DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E DO TURISMO"** aos *EEA Grants*, tendo obtido decisão favorável por parte deste Fundo, encontrando-se o projeto em implementação.

Este projeto visa o desenvolvimento de dois instrumentos de planeamento e gestão setoriais, com o propósito de promover a integração do documento de referência na adaptação às alterações climáticas a nível local (e regional) - o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo - no planeamento do Município de Mértola.

Um destes instrumentos de planeamento e gestão setorial assume a forma do documento **"Segurança de Pessoas e Bens em Contexto de Alterações Climáticas: Guia para a Ação"**, que deverá ser desenvolvido nos termos definidos nos presentes «Termos de Referência».





MÉRTOLA
CÂMARA MUNICIPAL

